

# O autoritarismo eterno e o Brasil do século XXI

## *Eternal authoritarianism and 21st century Brazil* *Autoritarismo eterno y Brasil del siglo XXI*

Maria Celina D'Araujo\*

Recibido: 22/01/2021 - Aceptado: 22/04/2021

### Resumo

O ensaio aborda a ascensão e queda dos governos do Partido dos Trabalhadores, PT (2003-2016) e discute como a perspectiva autoritária foi subestimada no Brasil até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Nosso argumento é o de que a chegada do PT ao poder em 2003, e seu consequente sucesso no governo, foram interpretados, por grande parte da bibliografia acadêmica, como resultante de um projeto nacional autóctone que logrou criar um partido inovador (o PT) a partir de uma sociedade ativa que se organizava. O ensaio destaca que ao salientar as qualidades da democracia petista deixou-se em segundo plano a força subterrânea e latente do longo autoritarismo brasileiro –o autoritarismo eterno, plagiando Umberto Eco– que surpreendeu a todos em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores (Brasil); Jair Bolsonaro; autoritarismo; fascismo; crise da democracia.

### Abstract

The essay addresses the rise and fall of the governments of the Workers Party (PT, 2003-2016) and discusses how the authoritarian perspective was underestimated in Brazil until the election of Jair Bolsonaro in 2018. Our argument is that the arrival of the PT in power in 2003 and its consequent success in government were interpreted in most of the academic literature as the result of an autochthonous national project that succeeded in creating an innovative party (the PT) out of an active and organized society. The essay highlights that point by emphasizing how the characteristics of PT democracy--the underground and latent strength of long standing Brazilian authoritarianism (eternal authoritarianism--plagiarizing Umberto Eco) was left in the background, which surprised everyone in 2018 with the election of Jair Bolsonaro.

**Keywords:** Worker Party (Brazil); Jair Bolsonaro; authoritarianism, fascism, crisis of democracy.

\* Doutora em Ciência Política, professora da PUC-Rio e pesquisadora do CNPq.

## Resumen

El ensayo aborda el ascenso y caída de los gobiernos del Partido de los Trabajadores, PT (2003-2016) y analiza cómo se subestimó la perspectiva autoritaria en Brasil hasta la elección de Jair Bolsonaro en 2018. Nuestro argumento es que la llegada del PT a el poder en 2003, y su consecuente éxito en el gobierno, fueron interpretados, para la mayor parte de la bibliografía académica, como el resultado de un proyecto nacional autóctono que logró crear un partido innovador (el PT) a partir de una sociedad activa y organizada. El ensayo destaca que, al enfatizar las cualidades de la democracia del PT, la fuerza clandestina y latente del autoritarismo brasileño longevo –autoritarismo eterno, plagio de Umberto Eco– quedó en un segundo plano, lo que sorprendió a todos en 2018 con la elección de Jair Bolsonaro.

**Palabras clave:** Partido de los Trabajadores (Brasil); Jair Bolsonaro; autoritarismo; fascismo; crisis de la democracia.

## Introdução

O título deste ensaio plagia um escrito de Umberto Eco. No dia 25 de abril de 1995, na Columbia University, Umberto Eco proferiu a conferência *O fascismo eterno* que veio a ser publicada pela primeira vez, em livro, em 1997, em italiano, reunindo outros quatro ensaios. No Brasil, *Cinco escritos morais*, incluindo o ensaio sobre fascismo, foi publicado em 1998. O título, *O fascismo eterno*, é um chamado para pensarmos o presente e foi publicado como obra autônoma do Brasil em 2018, ano em que vários livros estrangeiros sobre direita, nacionalismo, fascismo e correlatos começam a ser traduzidos e editados no país no calor da campanha e da eleição presidencial de Jair Bolsonaro. Vivia-se um *boom* literário que começara a se expandir com a eleição de Donald Trump em 2016 e com as crescentes reações racistas na Europa contra os imigrantes.

Este ensaio aborda a recente experiência política brasileira e tem como tema a ascensão e queda dos governos do Partido dos Trabalhadores, PT, (2003-2016) e a eleição de um candidato de extrema direita, Jair Bolsonaro, em 2018. Em curtas palavras, trata-se de examinar a interrupção de um processo democrático, internacionalmente reconhecido, e a emergência de uma proposta autoritária com forte viés militarista. Nossa tese é a de que a chegada do PT ao poder em 2003 e o consequente sucesso do governo foram interpretados, por grande parte da bibliografia acadêmica, como resultante de um projeto e de um processo nacional original que logrou criar um partido inovador, o PT, a partir de uma sociedade ativa. De outra parte, a crise de 2016, que interrompeu o mandato da presidente petista Dilma Rousseff, por meio de um *impeachment*, foi avaliada como fruto de uma

radicalização interna que opôs partidos e projetos sectários das classes médias brasileiras ao projeto popular do PT. O grande inimigo do PT, nessa ocasião, era o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), partido que havia governado o Brasil, por oito anos, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). O PSDB era identificado então como o projeto conservador e de direita a ser combatido e, de fato, foi derrotado em quatro eleições: 2002, 2006, 2009 e 2014. A política eleitoral brasileira estava praticamente delimitada entre esses dois partidos, dentro de um mecanismo simplista que opunha esquerda e direita.

A eleição de Bolsonaro interrompeu essa polarização trazendo ao palco uma direita retrógrada no discurso e nos métodos. Um ator político adormecido que defendia tortura e torturadores, humilhava as mulheres, criminalizava as orientações sexuais que não fossem hetero, aderiu ao criacionismos (*design intelligent*), atacava a Constituição e o Poder Judiciário, entre outras coisas. Uma direita que em nada poderia ser comparada ao PSDB, um partido de centro-esquerda.

Rompida a antiga polarização o país mergulha na perplexidade e a academia busca alternativas que fossem além da dicotomia que até então se travava na política nacional. A saída foi entender a eleição de Bolsonaro, e seu consequente governo, como parte de um processo mundial que favoreceu os governos autocráticos, o populismo de direita e o fascismo. Este ensaio destaca como a produção acadêmica brasileira avaliou esses três momentos: o sucesso eleitoral e governamental do PT, a crise do governo em 2015/16 e a chegada ao poder de uma direita inesperada. Aponta-se para o fato de que, ao salientar as qualidades da democracia petista e a fraqueza de seus adversários, subestimou-se a força subterrânea e latente do autoritarismo brasileiro. Ao focar nesses tópicos, deixaremos de lado a análise sobre os rumos do governo Bolsonaro, internacionalmente conhecido, por sua face antidemocrática, racista, negacionista, misógina e messiânica.

Ao celebrar seus primeiros 100 dias à frente da Presidência da República, em 11 de abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro baixou o decreto N° 9.759, extinguindo os colegiados de participação popular, vinculados à administração pública federal, a partir de julho desse ano. O próprio governo informava não ter informação exata de quantos existiam e pedia aos ministros que, dentro de um mês, informassem à Presidência da República os que vigoravam nos órgãos ligados às suas pastas e quantos precisariam ser recriados por razões constitucionais.

O decreto era conciso. Referia-se a colegiados instituídos por decretos e atos normativos e os nomeava da seguinte forma: conselhos, comitês, comissões, grupos, juntas, equipes, mesas, fóruns, salas e “qualquer outra denominação dada ao colegiado”. Estavam excluídas as diretorias colegiadas de autarquias e fundações, as comissões de sindicância e de processo disciplinar e as comissões de licitação. O

texto também revogava o polêmico Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, da presidente Dilma Rousseff, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social embora ambos tivessem tido existência tumultuada e pouco frutífera.

Nessa ocasião, a grande imprensa, a partir de dados oferecidos pelo governo, transmitia informações variadas sobre os quantitativos dos colegiados a serem extintos. O total variou de 700 até 2.593.<sup>1</sup> O argumento de custos estava presente nas justificativas para extinguir os colegiados pois a reunião desses coletivos implicava gastos de transporte, estadia e pró-labores. Ao lado deste argumento, contudo, o mais importante era o novo governo imprimir sua marca avessa às experiências participativas dos governos anteriores liderados pelo PT. O governo Bolsonaro propunha-se a ser o reverso dos governos petistas no que toca à ênfase na mobilização social e democrática e sua conexão com políticas públicas. Numa expressão bastante usada pelo presidente recém-eleito, era necessário *despetizar* o governo e romper com as experiências socialistas e democratizantes do passado.

Surpreendentemente, a julgar pelo que foi noticiado na época, o decreto bolsonarista não foi tomado por grande convulsão nas hostes petistas. A perplexidade com a eleição do novo presidente era maior. A principal marca dos governos do PT, ou seja, a participação social na esfera pública, embora problemática quanto aos resultados, desaparecia silenciosamente entre as várias novidades (inquietantes) do noticiário da época.

Dado este quadro de desconstrução de um modelo de articulação Estado e Sociedade tão valorada como marca de um governo popular, três questões aparecem como fundamentais. A primeira diz respeito ao modelo que se quis construir a partir de 2003 para a articulação de interesses na formulação das políticas públicas em suas diferentes áreas, o que teria a ver com uma nova modalidade de democracia. A segunda, aponta para o esgotamento desse modelo e a crise de 2016 que levou ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. Feito isso, passamos para o terceiro ponto, ou seja, o debate sobre “a crise” da democracia. Desta feita, os aportes intelectuais vieram principalmente da literatura estrangeira que examinava a conjuntura internacional. De comum acordo havia a percepção de que o modelo democrático fora abandonado pelo governo eleito em 2018, especialmente no que toca à sua face participativa e humanitária. Também de comum acordo, havia a interpretação inicial de que o bolsonarismo não era *home made*.

Em resumo, para cada um desses três momentos tivemos produções bibliográficas expressivas na academia brasileira. Inicialmente exaltou-se a nova democracia participativa e deliberativa seguindo orientações de vasta bibliografia internacional.

1 *O Estado de S. Paulo*. 2019; *O Globo*. 2019.

A academia, em sua grande parte, abraçou o governo do PT, legitimou suas ações e procurou mostrar sua positividade social. Em seguida, discutiu a traição das classes médias e das elites que teriam solapado o modelo emergente de democracia que o país adotara e violado a normalidade do sistema político. Finalmente, o debate sobre democracia parece paralisado frente à emergência de seu avesso, o autoritarismo, mas sem avançar nas causas profundas de seu *revival*.

O fim dos governos do PT teve, para grande parte da academia e das esquerdas, o mesmo impacto do golpe militar de 1964. A saber, uma sensação de derrota, de incapacidade de entender a força da oposição para além do quadro partidário vigente ou de encontrar modos de contê-la. Não se sabe se foi o fim de uma era, mas certamente foi a interrupção de um projeto de poder até então liderado pelo PT tendo como contraface o PSDB. Projeto que poderá ser retomado posto que estamos falando de um partido que mantém alento eleitoral num país que tem um sistema partidário com base razoavelmente sólida em partidos de centro-esquerda. Apesar disso, o certo é que a partir de 2016, ano do impeachment da presidente Dilma Rousseff, a reversão de expectativas só fez aumentar.

De fato, o modelo participativo dos governos do PT parecia estar em processo de exaustão já no segundo governo Lula da Silva (2007-10). Sinal disso foi a preocupação, desde 2009, em rever a política participativa de forma a lhe dar caráter mais orgânico e sistêmico (Lavalle e Szwako) 2014. Da euforia inicial da aproximação entre governo e sociedade mobilizada, passou-se por fases diversas que questionaram sua funcionalidade, inspiraram desânimo ou esforços malsucedidos de renovação e de fortalecimento.

## Democracia participativa como marca do PT

Do ponto de vista da bibliografia, houve um primeiro momento em que a academia saudou e apoiou o “novo modo de governar” partindo da premissa de que estava em vigor um modelo de democracia participativa com recortes deliberativos. Predominou a discussão teórica sobre modelos de democracia e sobre a novidade que o país trazia em termos participativos. A criação do PT, em 1980, ainda durante a ditadura militar (1964-1985), era citada como a grande novidade da emergente democracia brasileira.<sup>2</sup>

Segundo várias análises, o PT nascia a partir de fortes laços com sindicatos de classes médias, com o movimento operário e ainda apoiado por setores importantes

2 Nesta parte do trabalho sobre as origens do PT sou grata a Guilherme Leite Ribeiro pelas contribuições. Ver D’Araujo e Ribeiro 2019

da Igreja Católica. Colocava-se, inicialmente, como partido de oposição que questionava a ordem vigente e a nova Constituição, podendo mesmo ser caracterizado como uma subcultura política ou um partido antissistema (Roth 1979).

Margaret Keck (1991) e Rachel Meneguello (1989) foram as primeiras cientistas políticas a estudar o PT, ainda na década de 1980. Ambas, com metodologias diferentes, trabalharam com a ideia de “novidade” trazida pelo PT. O título do livro de Keck indica a tônica de sua obra: *A lógica da diferença*. Para a autora, o objeto de seu trabalho é o estudo de uma “anomalia”, pois, diferentemente de outros partidos, o PT tinha uma base sólida e inédita no operariado e em movimentos sociais. Da mesma forma, Meneguello inicia sua obra anunciando que estudará uma “novidade” no sistema político brasileiro, entendida a partir da “ruptura com os padrões de organização partidária conhecidos no país” (Meneguello 1989,15)

Fábio Wanderley Reis (2010) é outro a citar a palavra “novidade” como característica dos primeiros anos do PT. No entanto, adiciona outros elementos para definir esse caráter inovador, que, para ele, assentava-se em duas bases principais: (1) conjugação de “militância aguerrida” com forte disciplina partidária, somado à importância dada à questão ética e progressista; e, (2) o elemento populista que veio junto com o simbolismo de um líder carismático e popular, como Luiz Inácio Lula da Silva, principal figura do PT (Reis, 2010).

Em Celso Roma (2006), a inovação do PT também aparecia em outros aspectos: organização interna com núcleos de base, contribuição financeira dos filiados (autofinanciamento), possibilidade de existência de tendências internas e eleição direta de seus dirigentes. Também para autores como Maria do Socorro Braga (2009) e Lincoln Secco (2011) o partido era produto de inédita articulação com a sociedade, sem dependência financeira ou organizacional do Estado, perto daquilo que Richard Katz e Peter Mair (1995) chamaram de *party on the ground*.

Oswaldo Amaral (2010), entre outros, procura confirmar essa base social autônoma. Segundo pesquisa realizada por ele, em 2007, 71% dos delegados do PT eram provenientes de movimentos sociais. Autores com menos identificação ideológica com o PT, como David Samuels (2009, 243), vão na mesma direção, pois segundo ele “tendo dependido fortemente do apoio de sindicatos para crescer, o PT é o primeiro partido brasileiro importante a se consolidar com uma autonomia considerável em relação à influência do Estado e das elites políticas ou econômicas”. Indo além dessa interpretação, Braga (2009) ainda aponta que o partido seria no Brasil, um autêntico representante da social-democracia em moldes europeus.

A literatura registra, contudo, outra interpretação menos societária sobre as origens do partido. Neste caso enfatiza-se seus vínculos com o Estado a começar pela estrutura sindical corporativa, que no Brasil, desde o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-

45) sempre foi regulada pelo Estado e por ele financiada. Leôncio Martins Rodrigues (1990) inaugura essa vertente e contradiz a tese de que seria um partido apoiado majoritariamente por organizações operárias autônomas e movimentos populares posto que os principais dirigentes do partido vinham de sindicatos de bancários, tipicamente de classes médias. Argumentava ainda que a Igreja Católica colocou parte de sua malha organizativa, as Comissões Eclesiásticas de Base, como suporte para o engajamento de setores populares por todo o país. Dessa forma, a mística da espontaneidade da sociedade na organização do partido era contestada.

Para ratificar seu argumento, o autor analisa a composição da Executiva Nacional eleita pelo partido em 1988, na qual, apenas três dos vinte membros, não tinham nível universitário. Na bancada federal eleita pelo PT em 1986, apesar da heterogeneidade na ocupação dos deputados federais, dos 16 parlamentares, cinco eram professores, dois economistas, dois médicos e um advogado (Rodrigues 2009, 13).

Outro autor que explora a aproximação do PT com o Estado é Pedro Floriano Ribeiro (2010) recorrendo à teoria de partido cartel de Richard Katz e Peter Mair (1995). A partir de vasta pesquisa demonstra que a maioria dos participantes em encontros nacionais e nas convenções do partido, entre 1997 e 2006, eram funcionários públicos. Além do mais, o partido recebia verbas do Estado conforme a Lei partidária em vigor no país. Ou seja, mesmo mantendo um vínculo político, moral e afetivo com trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, o PT se beneficiava, de diversas maneiras, de laços e de verbas oriundos das estruturas estatais.

As objeções dos dois autores, Leôncio Martins Rodrigues (1990 e 2009) e Pedro Floriano Ribeiro (2010), não rechaçam o caráter do PT como partido incomum para os padrões brasileiros. Mesmo que contasse com apoio de parte da forte estrutura da Igreja, da alta intelectualidade, de sindicatos oficiais corporativos e de cargos no Estado, isso não invalidaria a tese de “novidade”, principalmente quando o comparamos às demais organizações criadas ao longo dos anos 1980 que sempre contaram primordialmente com apoio de empresários e de proprietários rurais e urbanos. Era uma novidade bem-vinda.

Nos governos do PT, contudo, não houve ruptura com as diretrizes econômicas do governo anterior, especialmente no que toca ao controle da inflação e ao tratamento preferencial dado ao grande capital. O grande diferencial seria a ênfase no combate à pobreza por meio do slogan “fome zero” que ganhou as manchetes internacionais. Adicionalmente, o Programa Bolsa Família, era uma iniciativa assistencial que avançava nas políticas sociais desenhadas desde os anos 1980. O Programa, de caráter emergencial, ganhou tanta legitimidade social e eleitoral que continuou do governo Bolsonaro.

O governo Lula da Silva inicia-se em 2003 introduzindo uma séria de ações de recorte participativo. Entre elas as conferências nacionais de políticas públicas com participação social e direcionadas para várias áreas do governo em parceria com a sociedade. Segundo José Antonio Moroni (2009) até meados de 2009 foram realizadas 60 dessas conferências em 35 áreas temáticas, 25 das quais em sua primeira edição. Para o autor, o total de conferências realizadas até o fim do governo Lula somava 73. Paradoxalmente, nenhuma delas foi dedicada à reforma agrária, um dos temas mais nevrálgicos na política brasileira.<sup>3</sup>

Depois da euforia inicial, surgiram reflexões sobre os limites desse arranjo participativo em sua eficácia e a necessidade de rever estratégias para lhe dar mais consistência. Um documento sugestivo a esse respeito é o depoimento de Pedro Pontual ainda durante o governo Lula da Silva (Lavale e Szwako 2014). Nele, em 2009, Pontual, um dos grandes defensores e propagandista da democracia participativa, apontava para a necessidade de dar mais adensamento a essa prática inovadora que impactara positivamente os primeiros anos do governo, mas que parecia se perder em sua capilaridade pouco organizada e pela superposição de competências. Seria, segundo ele, necessário um plano, um sistema de participação o que só veio ocorrer, precariamente, em meados de 2014 quando a presidente Dilma Rousseff já enfrentava séria crise de legitimidade.

O ponto mais enfatizado dos governos do PT foi, como vimos, o combate à pobreza embora as taxas de desigualdade não tenham se alterado muito e tenham até aumentado no final do governo de Dilma Rousseff. Segundo o *Panorama Social da América Latina, 2019*, da Cepal, o Índice Gini baixou apenas de 0,579 para cerca 0,540, um dos piores índices de queda em toda a América Latina entre 2002 e 2018.

Em seu programa de governo, em 2014, Dilma Rousseff anunciava que 36 milhões de brasileiros haviam sido tirados da extrema pobreza. Esta era, e ainda é, a principal marca dos governos do PT. Ao fim de seu governo, contudo, devido à crise econômica e fiscal, o desemprego chegava a 10% produzindo nova onda de pobreza. A questão social, além do mais, fora associada ao combate à pobreza, mas não necessariamente a reformas estruturais em educação, desenvolvimento e saúde para que o combate à pobreza fosse sustentável. Mais desastroso foram as taxas de violência que aumentaram significativamente no país, especialmente no Nordeste e no Norte, regiões mais beneficiadas pelo Bolsa Família. Segundo o *Atlas da Violência* de 2019, do Ipea, entre 2003 e 2016 a violência na região Nordeste passou de 24,05 por 100 mil habitantes para 43,68. Na região Norte o drama se repete: aumenta de 23 para 44,55 por 100 mil habitantes. Parte dessa violência é tributada ao comércio de drogas e a guerras entre narcotraficantes. Houve, assim, uma

3 As 60 conferências realizadas até 2009 foram objeto de análise de Pogrebinski e Ventura 2017 e de Silva 2019.

disjuntiva entre democracia e segurança pública, um dos maiores problemas para a estabilidade política da maior parte dos países da América Latina.

## A força e a fragilidade da participação

Temas históricos, culturais ou políticos recebem tratamento diferenciado da imprensa e da academia, às vezes, independentemente do peso que tiveram em certas circunstâncias. Alguns são sobejamente estudados e citados e outros, não obstante seu relevo em dado momento, vão para escanteio, como assuntos malditos ou de segunda grandeza. Em certos momentos, o vencedor na política é também o vencedor da memória social. O exemplo típico, no Brasil, é Getúlio Vargas. Em outros, os derrotados do momento tornam-se os senhores da memória. Assim foi com a crise dos governos do PT. É, principalmente, pela ótica deste partido derrotado pelo *impeachment* de 2016 que o Brasil das últimas duas décadas ainda é examinado.

Se falamos de partidos políticos no Brasil, entre as dezenas que temos e já tivemos, os mais estudados foram o Partido Comunista e o Partido dos Trabalhadores. O primeiro, longo, mas de pouca atuação parlamentar em função das restrições políticas a que foi submetido desde os anos 1920; o outro, recente, tornou-se sucesso eleitoral depois da ditadura militar (1964-1985). Antes mesmo de ser governo no plano nacional, em 2003, o PT já era um sucesso editorial quer em livros quer em artigos, teses e dissertações.

A crise de 2016 que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, foi examinada na academia brasileira, majoritariamente, pelo eixo das injustiças, das traições que o partido sofreu. Mais conhecido como “golpe de 2016”, o fim do governo Dilma Rousseff, foi objeto de uma bateria de estudos mostrando que aquele desfecho foi produto de ações políticas desleais, direitistas e oportunistas. Nesta literatura, contudo, o que foi considerado como a força e a marca dos governos do PT, ou seja, suas práticas participativas e organizativas, desaparecem da análise quando se examina a queda do governo. A democracia participativa e seu conjunto de aparatos tão importantes para marcar a distinção dos governos em seu momento de ascensão, foram pouco ou precariamente acionados no momento da queda, quer em termos analíticos quer nos debates parlamentares. A análise da crise foi feita a partir da lógica da democracia procedural, ou seja, da competição partidária, do comportamento do Legislativo e das relações Executivo-Legislativo. Na literatura petista que trata da crise de 2016, as principais lideranças que deram a cara popular aos governos do PT, no sentido da articulação com a sociedade civil, não aparecem como atores importantes, alguns sequer são mencionados.

Na medida em que o foco do artigo é limitado, não há folego para enumerar as hipóteses para a crise do governo e as razões para ter-se chegado à situação tão polarizada que o país viveu em 2016. Vamos nos deter a analisar algumas obras, especialmente em formato de livro, que sintetizam a maior parte dos argumentos para definir o fim desse governo por meio de um “golpe parlamentar”. Sem definição ainda consolidada na ciência política, este tipo de afastamento contrapõe-se à noção clássica de golpe de Estado. Nestes casos temos mudanças constitucionais e ruptura nas instituições, muito além de troca de presidente em exercício. Por óbvio, também é sabido que nessa quadra do século XXI os “golpes” parlamentares foram praticamente rotinizados na América Latina. Aníbal Pérez-Liñán (2007), por exemplo, afirma que “golpes parlamentares”, na região, converteram-se, desde os anos 1990, no principal meio para depor presidentes impopulares ou que contavam com a desaprovação de parte das elites. Interrupções políticas, que nos anos 1950 tinham participação armada, foram sendo gradativamente substituídos por outras formas, semilegais ou constitucionais, garantindo a manutenção de novos caciques no poder ou a retirada de candidatos considerados inconiventes aos pactos dominantes.

A maior parte dos livros aqui mencionados partilha da impressão de que houve um articulado projeto das classes conservadoras e da direita envolvendo empresários, imprensa e Judiciário para demonizar os governos progressistas do PT e suas atribuídas políticas de combate às desigualdades. Seria uma aberta luta de classes, desta feita, dentro de um quadro partidário moldado pela democracia.

Nessa bibliográfica, o governo do PT caiu por seus méritos, não por seus defeitos; não teria havido incongruência do governo, mas incompreensão da sociedade para com um projeto que teria sido consistentemente igualitário e socializante. A sociedade, e em especial suas elites, não teriam entendido as virtudes da democracia igualitária. Expressão dessa tese é Wanderley Guilherme dos Santos (2017). O autor define a saída de Dilma Rousseff do poder, em 2016, como um “golpe parlamentar” e detém-se a explicar por que essa definição seria possível, embora a substituição de governantes (em alguns casos recondução) por meio desse tipo de “golpe” não tivesse sido submetido ao escrutínio de um grande debate acadêmico internacional. Segundo ele, nenhum conservador médio e sincero à época do impeachment, acreditaria que as deficiências do governo Dilma Rousseff recomendariam seu impedimento constitucional. Ou seja, embora fosse uma deposição engendrada legalmente pelo Parlamento, havia, segundo o autor, traços nítidos de que a Constituição estava sendo alvo de violações devido a traições cabotinas das elites. Esse tipo de golpe consistiria, segundo o autor, em valer-se dos mecanismos normais das instituições para alcançar objetivos ilegítimos e espúrios com resultados devastadores para a democracia pois se depôs um governo legalmente reeleito, em pleno segundo mandato.

Segundo esse raciocínio, por detrás dos ataques à presidente havia claramente uma indisposição das elites com as políticas sociais dos governos do PT e uma traição de “empresários oportunistas” que se beneficiaram dos governos do PT, mas não ousaram lhe dar suporte. Continuando, afirma que, ainda que tímidos, os programas sociais do governo de Lula da Silva suscitaram “incômoda alergia” nas classes médias e altas. Teria havido de fato um conflito de classes que encontrou no aparelho jurídico um argumento vitorioso, qual seja o da corrupção que vinha sendo denunciada desde 2006, com a Ação Penal 470, mais conhecida como “mensalão”.<sup>4</sup> A partir daí, segundo o autor, a convergência entre juízes, grande imprensa, empresários desleais e a maioria dos políticos, resultou no consenso contra a continuidade do governo de Dilma Rousseff. Seguindo essa ótica, a cada dia e a cada escândalo ficava mais explícito o repúdio às políticas petistas visando à redução das desigualdades nacionais. A exemplo dos demais autores que abordaremos neste tópico, Santos não destaca a grave crise econômica que o país enfrentava em 2015/16, em termos de taxas de crescimento (-3,77 em 2015), inflação e altas taxas de desemprego (cerca de 10%).

A centralidade das classes médias na crise de 2016 é objeto da longa análise de Adalberto Cardoso (2020) que começa um de seus livros perguntando-se como é possível que políticas de bem-estar social que alimentaram o apoio popular ao governo do PT tenham se tornado, anos depois, em alvo daqueles que se beneficiaram delas. Como resposta, afirma que é crucial fazer a análise sociológica da composição e da ação das classes médias nos últimos anos. Vai mais longe analisando as manifestações urbanas, violentas ou não, no Brasil, desde o início do século, quase todas centradas em demandas por melhores serviços públicos, mesma motivação que deu início aos movimentos de estudantes em todo o Brasil, em junho de 2013. Nesse momento o governo efetivava despesas colossais para construir estádios de futebol, providenciar meios de transporte terrestres e aéreos, hotéis e demais logística necessária para a realização da Copa Mundial de futebol de 2014 de acordo com os padrões milionários da Fifa, a Federação Internacional de Futebol.

Conhecidos como “jornadas de junho” esses movimentos de jovens pediam educação, saúde e transporte de qualidade no “padrão Fifa”. Era uma denúncia de que o país estava investindo em sua imagem internacional ao promover grandes eventos e descuidava dos serviços básicos da população. O descontentamento estudantil ganhou adesões diversas, de Black Blocks a grupos ainda desconhecidos da extrema direita agressiva. O embate deixava de ser entre PT e PSDB. A oposição ao governo ficou mais ostensiva e mais demarcada ideologicamente: para a direita que passou a dar o tom aos protestos, era preciso depor o governo comunista do PT, livrar

4 O termo “mensalão” é uma referência a pagamentos mensais que teriam sido pagos a parlamentares para votarem a favor do governo.

o país do comunismo. As “jornadas de junho” foram um *start* para que vozes de todos os matizes expusessem queixas e temores. Estes movimentos espalharam-se pelas 27 capitais do país. Com forte prevalência das classes médias, ganharam novas adesões e foram apropriadas por grupos da extrema direita, barulhenta e violenta, que se valeu do fracasso econômico do governo Dilma Rousseff para desqualificar a democracia. De fato, e seguindo Cardoso (2020) os movimentos mostravam aos mais pobres e às novas classes médias ascendentes que as mazelas da vida coletiva mercantilizada, que caracterizaram as políticas sociais do PT, estavam no limite. Não havia, contudo, noção de que por detrás disso, e por fora do sistema partidário formal, uma velha força era reativada: o autoritarismo eterno que marca o sistema de pensamento e o universo cultural de grande parte da sociedade brasileira.

Sem entrar em mais detalhes na análise das razões de 2013, o fato é que novos elementos inquietantes entraram no cenário. Manifestações passam a pedir “Fora Dilma”. Neste caso, segundo a bibliografia mencionada, houve uma convergência de ação contra o governo envolvendo o setor financeiro, grandes conglomerados da mídia e setores rentistas temerosos com os rumos da política econômica de Dilma Rousseff. O PT foi associado a mau governo, condenado no Judiciário e abandonado pelo Parlamento. Em suma, o processo político democrático foi interrompido por interesses econômicos retrógrados aos quais se associaram as classes médias, incluindo sua parcela ascendente.

Análise acurada a esse respeito é fornecida por André Singer (2018). O título da introdução é sugestivo da linha que o livro seguirá: “Do sonho rooseveltiano ao pesadelo golpista”. Crítico da timidez da política social do PT no governo, também entende que houve um golpe parlamentar, por dentro da Constituição, alimentado pelas classes médias tradicionais. Assim como Adalberto Cardoso (2020), detém-se por longas páginas e com muitos dados a discutir o conceito de classe média. Lembra, contudo, que o sonho de construir um país de classe média estava expresso no horizonte do PT como algo inovador e altamente positivo. O sonho de consumo de transformar o Brasil, uma das nações mais desiguais do mundo, num país de classe média empreendedora foi, aliás, enunciado Dilma Rousseff em seu discurso de posse em 2011.

De forma geral, para André Singer, o fim desse governo está associado a um fator estrutural, o sistema de classes, em particular as classes médias, “tradicionais” ou não, apesar das controvérsias sobre o conceito. Os embates contra governo que começaram em junho 2013, vindos da oposição de esquerda ao lulismo, agregaram o centro e a direita e levaram para as ruas, não só demandas por melhores serviços públicos mas também o tema da corrupção, mobilizando multidões vestidas de verde e amarelo, as cores da bandeira do Brasil. Começava, assim, segundo esses autores, o levante das

classes médias inquietas, conectado às recorrentes denúncias de corrupção evocadas no episódio conhecido como Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014.

Note-se que nesta avaliação, não há ênfase na tradição autoritária do país, que desde os anos 1930, moldou o cerne da política brasileira até desembocar na ditadura militar (1964-1985). Um autoritarismo de Estado que impediu educação, saúde e terra aos mais pobres e que sempre confundiu mobilização popular com desordem. O crene das interpretações deslocou-se, como vimos, para a lógica da luta de classes.

Ademais, nessa bibliografia, a crise de 2016 é examinada detalhadamente em seus aspectos políticos formais. Nesta etapa os atores lembrados e citados são os partidos políticos, em especial o PT, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), bem como lideranças políticas tradicionais, associações empresariais, ministros, o Judiciário e a grande mídia. Os atores, que em tese, garantiram o sucesso do governo, ou seja, os movimentos sociais, expressaram-se nas ruas sem muita organicidade. A força decisória ficou circunscrita à esfera da democracia representativa e, nas ruas, a democracia entra em descenso na medida em que grupos de direita ganham protagonismo.

Leonardo Avritzer (2019), intelectual profícuo no campo da esquerda, após a eleição de Jair Bolsonaro, lança livro seguindo a linha de um general da ditadura, o general Golbery do Couto e Silva (1981), interpretando a guinada no cenário político nacional como parte de um processo mais amplo da história do Brasil em que momentos de maior centralização e autoritarismo são intercambiáveis com outros de maior descentralização e mais democracia. Dessa forma, com o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, o país estaria cumprindo seu *script*. O autor admite que esse roteiro não é apenas uma fatalidade, mas parte resultante das escolhas contraditórias dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016). Mesmo dando evidências de que suas políticas sociais estavam marcadas por um compromisso por mais igualdade, esses governos foram incapazes de manter coerência na escolha de certos projetos econômicos, produzindo incertezas nos mercados e entre as classes que precisavam ser convencidas da conveniência de políticas igualitárias.

Neste trabalho Avritzer naturaliza, a posteriori, os espasmos de autoritarismo no país sem explicar suas permanências ou seu surgimento com mais intensidade em certas situações. Mais do que isso, parece supor que há um revezamento dos dois projetos políticos no poder. Nosso ponto de vista é o de que o autoritarismo na sociedade brasileira tem sido uma constante, e, por isso, o chamo de eterno. É um cimento no qual se edifica a desigualdade, a hierarquia social, a violência, a concentração de renda e o desprezo pelos mais pobres. Um cimento que os governos do PT não conseguiu desestruturar.

## O “mito” Bolsonaro

A chegada de Jair Bolsonaro ao poder em 2019 correspondeu a um momento internacional de alta discussão sobre a resiliência da democracia ou sobre sua crise. Bolsonaro foi visto inicialmente, e com perplexidade, como um sinal do que acontecia em todo o mundo e sua explicação foi buscada, em grande parte, em fatores externos.

A seis meses da eleição de 2018 nenhum especialista ou consultoria eleitoral era capaz de antecipar sua vitória. Tudo fugia aos padrões da métrica teórica e intelectual que construímos sobre disputas eleitorais e se distanciava dos padrões de comportamento de nossos sistemas político e partidário.

Alguns estudos dedicaram-se a entender as dinâmicas das preferências eleitorais que levaram o eleitor a fazer essa escolha. Entre eles Fuks, Ribeiro e Borba (2021) o fizeram por meio de alentadas pesquisas sobre comportamento eleitoral demonstrando que o voto bolsonarista tinha a ver com antipetismo. mas também com antipartidarismo. Nas críticas da esquerda, contudo, havia principalmente a condenação moral a quem fizera essa escolha orientada por religiosidade, conservadorismo, moralismo e por um anticomunismo atávico. Acionou-se ainda o argumento de que o *revival* autoritário estava em toda a parte do mundo e que por aqui também desaguava. O importante é que ainda não se refletiu o bastante sobre como chegamos a isso. O debate internacional sobre a ascensão da direita na Europa e nos Estados Unidos era alimentado por temas como a imigração e o conservadorismo da eleição de Trump que enaltecia a supremacia branca. Essas não eram reflexões ou preocupações nacionais.

A academia deteve-se, desde os governos do PT, a uma pauta que visava a mostrar mudanças sociais mantendo o sistema político inerte, ou seja, na clivagem PSDB x PT, esdruxulamente chamada de direita e esquerda. Tratava-se o sistema eleitoral e partidário como variáveis independentes do mundo cotidiano. A sociedade, desde as manifestações de 2013, inquietava-se e dava sinais, em múltiplas direções, de que estava insatisfeita com os rumos da política nacional para além do sistema de partidos. A academia, em sua maior parte, reduziu esse embate a mais um confronto da direita brasileira contra o progressismo dos governos do PT, restringindo-se à arena partidária formada em tempos de democracia.

Em um processo de crise social e econômica, de inquietação na identidade partidária e de ruptura nos parâmetros dos embates políticos, a possibilidade de emergência de “salvadores” é comum. Não por acaso Bolsonaro foi identificado por seus eleitores como mito. Os mitos povoam a mente humana desde os tempos mais remotos, festejam a vida e evocam a morte, a glória e a força. Mostram as ambigui-

dades humanas, o desejo de força e poder, as paixões, as fraquezas, as virtudes etc. Normalmente, versam sobre rupturas, situações-limite sugerindo um ordenamento mágico para novas situações (Campbell 1990).

O conceito de mito político foi uma criação do século XX (Kedourie 2015). Surgiu em decorrência das críticas às formas de conhecer baseadas no racionalismo e à noção de autonomia e soberania individual. Foi ainda, segundo Elie Kedourie, uma criação intelectual com forte peso na Alemanha, que buscava valorar os símbolos e a cultura nacional em contraposição ao universalismo trazido pelo iluminismo. Mais especialmente, em contraposição à possibilidade de sociedade pautada pela participação popular. Por isso mesmo postulava-se que o governo deveria ser comandado pelos expoentes da sociedade, pelos técnicos mais preparados, legitimados por um mito que serviria de guia e base para seu comportamento político.

Levando essas percepções ao extremo, a teorização mais forte sobre o mito político veio do nazismo de Adolfo Hitler, que se transformou, em sua época, em base de referência para o sucesso da Alemanha. Em nome desse mito foram cometidas todas as atrocidades que conhecemos e que foram objeto de vários estudos de Hanna Arendt.

Bolsonaro recorrentemente evoca Deus e a Bíblia e se diz presidente pela graça divina. Com isso alimenta a ideia de mito salvador em um mundo pervertido nos costumes e na política. Quando demonstra tanta dificuldade em lidar com as instituições, Bolsonaro evidencia que seu poder pessoal deve ser superior. Enaltece um messianismo medieval, milenarista e belicista com hierarquia social e racial, censura religiosa e tirania. Sua eleição deu margem a que uma série de livros que estavam instigando a curiosidade intelectual na Europa e nos Estados fossem traduzidos no Brasil. A maioria eram *best sellers* no exterior e buscavam explicar a emergência da direita em situações em que a democracia era estável (Estados Unidos, Alemanha, França) ou parecia em processo de fortalecimento como na Itália. Na enxurrada de livros que chegaram em português ao Brasil até inícios de 2021, temos, por exemplo, Timothy Snyder (2018), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018), David Runciman (2018), Patrick Deneem (2019), Eric Fassin (2019), Yascha Mouch (2019), Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2020), e Adam Pzeworski (2020). Todos, contudo, falam de situações muito distantes da realidade brasileira embora abordem valores universais da democracia e das artimanhas de seus detratores.

De toda essa bibliografia dois livros chamam atenção. O de Adam Pzeworski examina o ineditismo da atual crise da democracia e conclui que é a primeira vez que ela é atacada por dentro. Por isso, surpreendidos, não temos recursos imediatos para lidar com essa situação inédita. Em que pese a originalidade da tese, também neste caso podemos relativizar sua pertinência para explicar a emer-

gência de Bolsonaro como presidente do Brasil. De fato, desde 1988 temos uma Constituição democrática, sem golpes de Estado. Ao mesmo tempo tivemos sérias prerrogativas e controles militares que se sobressaíram como ameaças ao avanço democrático. Nossa democracia emergente sempre esteve sob ameaça. Outro livro a destacar, desta feita de autor nacional, é o de Pedro Doria (2020). Examinando nosso passado autoritário, conclui adequadamente, que o Brasil nunca teve de fato um regime fascista no que toca ao aspecto institucional. No entanto, traços autoritários foram uma constante e mantiveram a democracia em estado de alerta.

Em suma, a questão do autoritarismo saiu da pauta durante a primeira década no século XXI quando grande parte da academia celebrava o sucesso dos governos do PT e a promessa da democracia participativa. Ao fim da década seguinte a crise da democracia dava a tônica do debate político. Em meio à perplexidade fica a certeza de que o legado autoritário no país era maior do que se supunha e não se resume às clássicas análises da luta de classes. A crise social e econômica anunciada pela pandemia da Covid 19 trouxe ainda mais surpresas desagradáveis. Assim como o combate à pandemia exige a recusa do negacionismo e a confiança no saber iluminista, também as análises políticas sobre o Brasil de hoje, com seu autoritarismo eterno, estão a exigir mais rigor e menos ortodoxia.

## Referências

- Amaral, Oswaldo E. do. 2010. *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
- Avritzer, Leonardo. 2019. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.
- Braga, Maria do Socorro S. 2009. “Partido dos Trabalhadores, condições de origem e variações estaduais”. Em *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) – uma história revisitada*, editado por Vitor Amorim de Angelo e Marco Antonio São Carlos: EdufSCar, pp. 63-85.
- Campbell, Joseph. 1990. *O poder do mito*. SP: Pallas Athena.
- Cardoso, Adalberto. 2020. *À beira do abismo: Uma sociologia política do bolsonarismo*. Rio de Janeiro: Amazon.
- Cepal - *Panorama Social da América Latina*. 2019. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909\\_pt.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf). Acesso em abril de 2021.
- Couto e Silva, Golbery. 1981. *Conjuntura Política nacional, o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

- D'Araujo, Maria Celina e Guilherme Leite Ribeiro. 2019. "Experiência parlamentar e trajetórias dos deputados federais eleitos por PSDB e PT em 1994 e 2002: quebrando mitos". *Revista Política e Sociedade*: v. 18, pp. 151-180.
- Deneem, Patrick J. (2019). *Porque o liberalismo fracassou*. Editora Âyiné.
- Doria, Pedro (2020). *Fascismo à brasileira*. Rio de Janeiro: Planeta.
- Eatwell, Roger e Goodwin, Matthew (2020). *Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal*. São Paulo: Record.
- Eco, Umberto (1998). *Cinco escritos morais*. São Paulo: Record.
- Eco, Umberto (2018). *O fascismo eterno*. São Paulo: Record.
- Fassin, Eric (2019). *Populismo e ressentimento em tempos neoliberais*. Rio de Janeiro: Eduerj
- Fuks, Mario; Ednaldo Ribeiro e Julian Borba. (2021). "Do antipetismo ao antipartidarismo generalizado: o impacto da rejeição dos partidos políticos no voto de Bolsonaro em 2018". *BPSR*, 15: 3-28.
- Gramsci, Antonio. 1991. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira.
- Ipea. Atlas da Violência 2019. [https://www.ipea.gov.br/portall/index.php?option=com\\_content&id=34784](https://www.ipea.gov.br/portall/index.php?option=com_content&id=34784). Acesso abril de 2021.
- Katz, Richard; Peter Mair. 1995. "Changing models of party organization and party democ Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party". *Party Politics*, 1 (1): 5-28.
- Keck, Margaret E. 1991. *PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.
- Kedourie, Elie. 2015. *Nacionalismo*. Alianza Editorial: Madrid.
- Kinzo, Maria Dalva Gil. 1988. *Oposição e Autoritarismo. Gênese e Trajetória do MDB 1966-1979*. Rio de Janeiro: Vértice
- Lavalle, Adrian Gurza e José Szwako. 2014. "Origens da Política Nacional de Participação Social: Entrevista com Pedro Pontual." *Novos Estudos*, 99: 91-104.
- Levitsky, Steven e Daniel Ziblatt. 2018. *Como morrem as democracias*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Meneguello, Rachel. 1989. *PT - A Formação de um Partido 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Moroni, José Antônio. 2009. "O direito à participação no governo Lula". Em *Experiências nacionais de participação social* editado por Leonardo Avritzer. São Paulo: Cortez, pp. 107-141.
- Mouch, Yascha. 2019. *O povo contra a democracia*. São Paulo: Cia das Letras.
- O Estado de S. Paulo. 2019. "Decreto de Bolsonaro acaba com o Conade e mais 700 conselhos", 12 de abril. Acesso 2 de fevereiro de 2021.

<https://brasil.estadao.com.br/blogs/vencer-limites/decreto-de-bolsonaro-acaba-com-o-conade-e-mais-700-conselhos/>;

- O Globo. 2019. “Decreto do governo Bolsonaro mantém apenas 32 conselhos consultivos”, 29 de junho. Acesso 14 janeiro de 2021. <https://oglobo.globo.com/brasil/decreto-do-governo-bolsonaro-mantem-apenas-32-conselhos-consultivos-23773337>.
- Panebianco, Angelo. 2005. *Modelos de Partido - Organização e Poder nos Partidos Políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pérez-Liñán, Anibal. 2007. *Presidential Impeachment and the New Political Instability in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Pogrebinschi, Thamy de e Tiago Ventura. 2017. “Mais Participação, Maior Responsividade? As Conferências Nacionais de Políticas Públicas e a Qualidade da Democracia no Brasil”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 60: 7-48.
- Pzeworski, Adam. 2020. *Crises da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Reis, Fábio Wanderley. 2010. “Identidade política, desigualdade e partidos brasileiros”. *Novos Estudos Cebrap*, 87: 61-75.
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2009 “O PT, o Estado e a sociedade (1980-2005)”. Em *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) – uma história revisitada*. Editado editado por Vitor Amorim de Angelo e Marco Antonio São Carlos: EdufSCar, pp. 183-217.
- Ribeiro, Pedro Floriano. 2010. *Dos sindicatos ao governo a organização nacional do PT de 1980 a 2005*. São Carlos: EdufSCar.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 1990. *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática.
- Rodrigues, Leôncio Martins. 2009. “A composição social das lideranças do PT”. Em *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Roma, Celso. 2006. “Organizaciones de partido en Brasil: el PT y el PSDB bajo perspectiva comparada”. *América Latina Hoy*, 44: 153-184.
- Roth, Guenther. 1979. *The social democrats in Imperial Germany*. Nova York: Arno Press.
- Runciman, David. 2018. *Como a democracia chega ao fim*. Rio de Janeiro: Todavia.
- Samuels, David e Cesar Zucco. 2018. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Samuels, David. 2009. “A democracia brasileira sob o governo de Lula e do PT”. Em *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006) - uma história revisitada*. Editado editado por Vitor Amorim de Angelo e Marco Antonio São Carlos: EdufSCar, pp pp. 239-270.

- Santos, Wanderley Guilherme. 2017. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: FGV Edit.
- Secco, Lincoln. 2011. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Silva, Golbery do Couto e. 1981. *Conjuntura Política Nacional o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Silva, Viviane Petinelli. 2019. “Alguns Condicionantes da Capacidade de Influência das Conferências de Políticas Públicas sobre os Programas das Respectives Políticas Setoriais”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.62 (1).
- Singer, André. 2018. *O lulismo em crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Edit. Schwarcz S. A.
- Snyder, Timothy. 2018. *Sobre a Tirania: vinte lições tiradas do século XX*. São Paulo: Cia das Letras.